

**SORGE, Valeria; GIUSTINIANI, Pasquale – *Tommaso D’Aquino e la Polemica com gli averroisti*. Napoli: Verbum Ferens, 2011, 76 p. Quaderni di Filosofia: Nuova Serie; 10.**

Este livro é uma publicação da Pontifícia Faculdade Teológica da Itália Meridional (Secção S. Tomás de Aquino – Nápoles). Os dois autores, Valeria Sorge e Pasquale Giustiniani, são docentes; a primeira, da cadeira de História da Filosofia Medieval da Universidade Frederico II de Nápoles, e o segundo, da cadeira de Filosofia Teórica na Pontifícia Faculdade da Itália Meridional. Na primeira parte, Valeria Sorge apresenta-nos um estudo resultante da *lectio Thomae* pronunciada em 7 de maio de 2009, na Aula Magna da Secção S. Tomás de Aquino, subordinada ao tema: «A crítica de Tomás de Aquino à antropologia averroística». A autora expõe com mestria e clareza o percurso incontestável da polémica antiaverroísta levada a cabo por Tomás de Aquino, ao longo de toda a sua obra, que ela qualifica como um “exercício simultaneamente pontual e sistemático”. Este debate intelectual, filosófico e teológico, é uma tarefa que deverá ser compreendida em contiguidade com o ‘itinerário’ de Sigério de Brabante, que é um dos maiores representantes do averroísmo latino (p. 7). Para isso, a autora propõe-se em primeiro lugar, dar a definição do quadro teórico no qual se justifica a génese histórica do averroísmo latino, e a partir daqui, perceber a história pessoal e mesmo dramática de Sigério; em segundo lugar definir de fome sintética os núcleos teóricos que Tomás de Aquino contrapõe ao averroísmo (p. 7).

Através de uma descrição sugestiva e apontando para os pontos cimeiros da polémica, a autora introduz ao longo do seu estudo, os trabalhos mais significativos que se têm registado ao longo dos últimos decénios do século XX e inícios do século XXI, sobre este tema, apontando para as sucessivas linhas de interpretação. Mas a polémica tem um alcance bem maior, quando Dante Alighieri imortaliza, nas suas mais belas páginas da *Divina Comédia* a figura de Sigério, colocando-o por entre os sábios beatos. Porém, este facto parece contrariar a relação intrínseca entre o Brabantino e Tomás de Aquino, tendo em conta os estudos de Bruno Nardi e de Étienne Gilson, por um lado, e os dados mais recentes da historiografia dantesca, por outro, quando se quer perceber as motivações do Poeta, na sua intenção de reabilitar Sigério de Brabante (pp. 8-9).

Esta questão é tanto mais interessante quanto ela põe em destaque o conflito académico na Faculdade das Artes de Paris, por entre os *magistri artium*, nos quais alguns se empenhavam numa refundação do quadro teórico, tendo em conta a leitura dos *libri naturales* de Aristóteles, resultando daqui uma maior autonomia da realidade natural e mundana (p. 11). Associada a esta questão, está diretamente ligada a cisão entre a Escritura e a natureza, como “uma recusa do horizonte totalizante da filosofia *perennis*”. Na verdade, em finais de Duzentos, e num quadro de atividade académica e institucional, tinha-se vindo progressivamente a afirmar a valorização da própria «autoconsciência profissional» do intelectual filósofo (pp. 10-11). Sigério de Brabante (ca. 1240-1282/4) e Boécio de Dácia (ca. 1240-1277) são dois dos *artistae* mais representativos do “projeto ideal do filósofo com a sua profissão quotidiana” (p. 11).

Todavia, o entusiasmo dos mestres das Artes diante da “enciclopédia aristotélica” conhecerá os seus avatares e os seus opositores. Valeria Sorge escolhe o caso do Mestre franciscano e Ministro geral da Ordem, S. Boaventura, num dos seus célebres

textos: as *Collationes de septem donis Spiritus Sancti*, onde são apontados os três erros essenciais do saber aristotélico face à filosofia cristã: 1) a ideia de que o mundo é eterno; 2) a ideia de que há um determinismo fatalístico; 3) a conceção de uma unicidade do intelecto, isto é, de que há um só intelecto para todo o género humano. Como refere a nossa autora, a breve passagem escolhida da obra do mestre franciscano revela ser uma das mais significativas na história do averroísmo latino. Todavia, a obra filosófica que se impõe sobre a cena filosófica, na polémica antiaveroísta é, sem dúvida, a obra de Tomás de Aquino *De unitate intellectus* (p. 14). Ela representa o testemunho indiscutível do ensino de Sigério de Brabante, nos finais de 60 do século XIII. Em várias das obras de Sigério de Brabante se regista a filiação à interpretação averroísta, desde as suas *reportationes*, passando pelos diversos opúsculos monote-máticos, como *De anima intellectiva*, *Quaestio de aeternitate mundi*, e ainda *De necessitate et contingentia causarum* como ainda a mais importante obra, escrita entre 1269 e 1270, as *Quaestiones in tertium de anima*.

A crítica tomasiana a este averroísmo é conduzida em torno de posições doutrinárias, metafísicas, psicológicas, gnosiológicas e éticas. O intento de Tomás de Aquino visa duas coisas: 1) advogar, contrariamente ao averroísmo, o lugar da consciência e da liberdade do homem (p. 17); 2) salvaguardar a posição aristotélica, reorientando-se para uma correta interpretação de Aristóteles, no *De anima*, 413 b 14-30, como forma de oposição à exegese averroísta. É neste sentido que Tomás critica a interpretação de Sigério de Brabante. No centro deste debate está o alcance do *intelligere* no composto humano e a conceção de *subjetum*, ponto de dupla determinação, quer no seu modelo aristotélico-averoísta, quer no seu modelo agostiniano, ainda que ambos se deixem, simultaneamente, contaminar, perante a complexidade do seu desenvolvimento (p. 15). Daí que a posição de Tomás de Aquino exprima uma tomada de consciência das dificuldades internas da tese averroísta, apontando para uma superação desta posição, ao constituir uma argumentação metafísica que articula intrinsecamente a problemática gnosiológica, tendo em vista a ordenação do agir livre humano, para o bem. Este «bem» não pode ser adscrito, unicamente, a uma conceção abstrata, mas a uma capacidade efetiva de realização na perfeição, enquanto razão do último fim (p. 26). Por isso, segundo a autora, o estímulo intelectual, proveniente da Sagrada Escritura, contribui, com a sua visão antropológica, para o desenvolvimento da subjetividade e para o reenvio decisivo dos fundamentos da *vera religio* e da *vera philosophia*, no sentido de anular a perspetiva teórica averroísta.

A segunda parte deste livro contém a versão italiana do *De unitate intellectus contra averroistas* de Tomás de Aquino, a partir da edição crítica Leonina. Esta versão de Pasquale Giustiniani apresenta-se como uma tradução, sem o aparato crítico e sem notas explicativas sobre o texto. A versão pretende dar ao leitor um conhecimento factual da polémica averroísta e pretende tornar o mais fluida possível a leitura do texto tomasiano, mesmo para leitores menos habituados a estas questões. Esta obra revela-se, portanto, com interesse, muito em particular, para os estudos de filosofia e de teologia medieval. Teria havido alguma vantagem em apresentar uma pequena introdução que justificasse a edição conjunta dos dois trabalhos. No entanto, quer o estudo reflexivo de Valeria Sorge, quer a tradução italiana, completam-se harmoniosamente.

**REAL, Miguel – *O Pensamento Português Contemporâneo (1890-2010): O labirinto da razão e a fome de Deus*. Lisboa: INCM-Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2011. 1032 p. Manuais Universitários.**

Miguel Real é um escritor e professor de filosofia, licenciado em Filosofia pela Universidade de Lisboa e mestre em Estudos Portugueses pela Universidade Aberta, com uma tese sobre Eduardo Lourenço. Em 2009, recebeu o Prémio Jacinto do Prado Coelho da Associação Portuguesa de Críticos Literários pelo seu livro *Eduardo Lourenço e a Cultura Portuguesa*. Nos últimos anos, tem-se destacado com a publicação de vários livros. Recentemente publicou a *Nova Teoria do Mal*, no âmbito da filosofia, *Romance Português Contemporâneo (1950-2010)*, no âmbito dos estudos literários, e *Introdução à Cultura Portuguesa*, no âmbito dos estudos culturais. Para além, dos estudos científicos, Real dedica-se à produção literária desde a juventude. Iniciou a sua carreira literária em 1979, com a publicação de *O Outro e o Mesmo*, romance com o qual ganhou o Prémio Revelação de Ficção da APE/IPLB. Em 2006, recebeu o Prémio Literário Fernando Namora com o romance *A Voz da Terra*. Ao longo do seu percurso recebeu vários prémios e publicou várias obras, sendo o seu romance mais recente *O Feitiço da Índia* (2012). Para além disso, é colaborador no jornal literário *Jornal de Letras* desde 2000 e tem vindo a dedicar-se à elaboração de manuais escolares e à adaptação de obras literárias ao teatro.

Em 2011, o Instituto Nacional Casa da Moeda, em Lisboa, publicou o livro de Miguel Real sobre o pensamento português contemporâneo, com o apelativo subtítulo *O labirinto da razão e a fome de Deus*, que de forma sintética traça os dois grandes eixos que constituíram o percurso das ideias filosóficas em Portugal, desde 1890 à atualidade. Este trabalho, resultante de aulas apresentadas na Faculdade de Letras de Lisboa, em seminários sobre cultura portuguesa contemporânea, é constituído por mais de mil páginas. Embora seja uma obra de síntese, revela um grande sentido crítico e conhecimento profundo do assunto abordado, constituindo uma análise minuciosa e criteriosa, o que permite fazer uma leitura organizada, do ponto de vista cronológico e temático, ao campo cultural português dos últimos cem anos. Neste sentido, este trabalho revela-se um bom instrumento de trabalho, para todos os que se debruçam sobre o pensamento português, área de estudo complexa e profunda. Apesar de os estudos serem numerosos e de existirem obras de referência, como por exemplo a *História do Pensamento Filosófico Português*, dirigida por Pedro Calafate, o trabalho de Miguel Real revela-se essencial, apresentando uma interpretação inovadora.

*O Pensamento Português Contemporâneo (1890-2010)* é constituído pela análise de dezenas de autores, identifica os principais grupos de intelectuais e apresenta as principais correntes de pensamento, que segundo o autor são: o espiritualismo, o racionalismo, o providencialismo e o modernismo. O período cronológico selecionado é constituído por três grandes fases históricas: de 1890 a 1930, «O triunfo do racionalismo»; de 1930 a 1974, «O triunfo do providencialismo»; e, por último, de 1974 a 2010, «A Europa conosco». Cada uma dessas fases está devidamente enquadrada no contexto nacional e europeu, notando-se o cuidado de interpretar o pensamento português à luz de cada época, dentro das possibilidades e limitações que cada período encerrou. A análise do autor faz mergulhar Portugal contemporâneo nas suas raízes

políticas e culturais do século XVII e nas relações que o país estabeleceu consigo e com os outros ao longo dos séculos, remetendo o leitor para as questões da identidade nacional e das relações com a Europa e com o mundo, que acabariam por influenciar as várias linhas de pensamento. Podemos aproximar este trabalho de Miguel Real a uma espécie de história das ideias ou história intelectual, na medida em que o autor não se detém na reflexão filosófica sobre as ideias e correntes de pensamento, mas analisa o contexto histórico (político, social e até relacional) onde são produzidas e divulgadas.

O grande contributo deste trabalho, de carácter crítico, reside na leitura histórica do pensamento português, desenhando a sua evolução, constituída por ruturas e continuidades, lutas e consensos, apresentando acima de tudo um percurso tortuoso que resultou das relações entre os intelectuais e destes com a política e o poder. De acordo com o autor, o nível de desenvolvimento atual do pensamento português, em particular, e da cultura portuguesa, em geral, resulta da repressão exercida pelas grandes instituições (Estado, Universidade e Igreja), assim como da incapacidade de gerar conhecimento e de inovar. Segundo Real, durante várias décadas não existiram condições favoráveis à receção, divulgação e circulação de ideias. As instituições detentoras de poder político, cultural e científico não foram capazes de dinamizar e desenvolver a produção intelectual. Aliás, este contexto gerou perseguição política e levou muitos intelectuais ao exílio durante boa parte do século XX.

*O Labirinto da Razão e a Fome de Deus* foi publicado em 2011, num contexto em que Portugal enfrenta vários desafios, alguns de natureza estrutural, outros decorrentes da crise internacional, que afetam a Europa, levando os intelectuais a repensar o lugar do país no mundo e outras questões inerentes a essa problemática. Nesse sentido, esta obra revela-se pertinente e atual. Na medida em que coloca o pensamento português no(s) contexto(s) histórico(s) nacional e europeu, situa o país entre «duas visões do mundo supremamente conflituosas» (p. 13), que acompanharam o país desde os Descobrimentos até à contemporaneidade. Por tudo isto, o trabalho de Miguel Real é uma contribuição de qualidade, sendo uma síntese essencial para estudantes que estão a iniciar os estudos sobre o pensamento português. Além disso, também é uma ótima ferramenta de trabalho para investigadores que necessitem de uma sistematização e de um enquadramento histórico-filosófico, assim como para docentes, na medida em que permite fazer uma leitura problematizante, de longa duração, do campo filosófico, organizada em grandes períodos, nos quais se destacam os principais autores e ideias. Para além do público académico, este livro também pode ser do interesse para o público em geral, sendo que se apresenta bem estruturado, bem fundamentado e escrito com grande clareza. Esta obra tem o mérito de ser inovadora e de se revelar essencial para o mapeamento do pensamento filosófico português.

Eliana Brites Rosa